

Dívida externa Simpósio elabora plano para devedor

A dívida externa dos países do Terceiro Mundo não pode ser paga, a não ser que haja uma "reforma estrutural" na economia mundial, afetando positivamente a situação dos devedores. Esta opinião, dos economistas que participaram no simpósio internacional "Dívida externa: respostas práticas", encerrado ontem, será expressa em documento dirigido aos governos dos países do Terceiro Mundo, junto com uma proposta de negociação com os credores.

Em primeiro lugar, sugerem um "período de Alívio financeiro de pelo menos seis anos", para permitir a retomada do crescimento dos países em desenvolvimento e a reconstrução de seus sistemas monetários. Isto ocorreria com um adiamento de toda amortização e com um novo método de pagamento dos juros (uma parte em divisas, outra em moeda doméstica e o restante seria convertido em novos empréstimos).

Fundo

Nestes seis anos, seria criado um "fundo de segurança", para garantir o pagamento dos juros e divisas após este período de alívio. A maior parte da dívida seria paga em certificados e moeda local. Deveria ser obtido um congelamento da outra parte, para pagamento a longo prazo. O ministro da cultura, economista Celso Furtado, acredita que os bancos

credores possam aceitar estas condições, já que muitos países sequer estão pagando os juros de sua dívida.

Finalmente, os economistas reafirmaram a necessidade de criação de um "fórum dos países devedores", como propôs o vice-presidente de Cuba, Carlos Rafael Rodriguez, no simpósio. A instituição elaboraria uma estratégia comum na negociação e promoveria a cooperação técnica e troca de informações entre os devedores. "A verdade é que estas nações enfrentam um verdadeiro cartel de credores e têm de aumentar seu poder político, de barganha" — explica Furtado.

Durante quatro dias, 33 economistas de vários países (Brasil, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, China, Chile, União Soviética e até do Irã) discutiram a crise da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, que totaliza, hoje, US\$ 1 trilhão. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional, citados pelo ministro brasileiro, estes 50 países pagaram US\$ 700 bilhões em serviços da dívida, no período de 1982 a 87 (US\$ 440 bilhões só de juros), enquanto o montante da dívida cresceu, no mesmo período de US\$ 550 bilhões para US\$ 1 trilhão. Metade desta dívida concentra-se na América Latina e 1/10 no Brasil (US\$ 120 bilhões).

Comércio livre para insumos

Depois de o Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex) ter liberado, com salvaguardas, o comércio da soja, milho, arroz e algodão, para fins de exportação e importação, o Ministério da Agricultura poderá expandir a medida a outros produtos. Segundo o secretário nacional de Abastecimento, Renato Zandonadi, "outros produtos devem entrar neste processo, especialmente a área de insumos, em se tratando de fertilizantes".

Ele disse que, nesta área, deve-se adotar uma política "mais ou menos correlata" ao que foi

aprovado pelo Concex. Zandonadi é da opinião de que na medida em que se tem um mercado protecionista para os insumos se está indiretamente taxando e, conseqüentemente, onerando a produção nacional. "O objetivo dessa política é aumentar a competitividade externa para fazer com que possamos alcançar este mercado" acrescentou o secretário. Falou, ainda, que o Brasil tem conseguido expandir substancialmente a sua produção agrícola, fazendo com que ela participe com cerca de 45% da balança comercial e produza um superávit da ordem de US\$ 8 bilhões.